

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração

ANPAD

Em 30 de junho de 2020

Conteúdo

Balanço Patrimonial.....	2 a 4
Demonstração do Resultado do Exercício	4 a 6
Demonstração do Superávit ou Déficit Acumulado	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	7
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	8 a 13

Balanco Patrimonial do 2º Trimestre de 2020
Encerrado em 30/06/2020
(Em R\$)

BALANÇO PATRIMONIAL

Código	Classificação	Descrição	Saldo Atual
1	1	ATIVO	8.246.836,63
2	1.1	ATIVO CIRCULANTE	7.999.282,74
3	1.1.1	DISPONÍVEL	7.999.282,74
4	1.1.1.01	CAIXA	6,08
5	1.1.1.01.001	CAIXA GERAL	6,08
10	1.1.1.03	APLICAÇÕES FINANCEIRAS LIQUIDEZ IMEDIATA	7.977.353,55
525	1.1.1.03.003	APLIC. FIN. - 15112-2 - GERAL - BB AUTOM	40.306,11
526	1.1.1.03.004	APLIC. FIN. - 15112-2 - GERAL - DI VIP	7.937.047,44
529	1.1.1.04	TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO	21.700,96
530	1.1.1.04.001	PORTO SEGURO CAPITALIZAÇÃO	21.700,96
19	1.1.1.05	CARTÕES	222,15
592	1.1.1.05.001	CARTÃO DE DESPESAS	222,15
501	1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	247.553,89
111	1.2.3	IMOBILIZADO	122.969,09
112	1.2.3.01	BENS	459.229,50
119	1.2.3.01.001	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	21.171,82
114	1.2.3.01.002	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	151.950,71
115	1.2.3.01.003	COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	228.470,70
534	1.2.3.01.004	DIREITO A USO DE LINHA TELEFÔNICA	275,00
535	1.2.3.01.005	BENFEITORIAS EM IMÓVEIS	53.686,23
536	1.2.3.01.006	TELEFONES CELULARES	3.675,04
125	1.2.3.07	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	(336.260,41)
126	1.2.3.07.001	(-) DEPREC. ACUM. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	(18.200,54)



127	1.2.3.07.002	(-) DEPREC. ACUM. MÓVEIS E UTENSÍLIOS	(100.199,04)
128	1.2.3.07.003	(-) DEPREC. ACUM. COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	(193.257,93)
129	1.2.3.07.004	(-) DEPREC. ACUM. BENFEITORIAS EM IMÓVEIS	(24.426,27)
130	1.2.3.07.005	(-) DEPREC. ACUM. TELEFONES CELULARES	(176,63)
502	1.2.4	INTANGÍVEL	124.584,80
123	1.2.4.01	MARCAS, DIREITOS E PATENTES	159.881,41
527	1.2.4.01.001	DIREITOS DE USO - SOFTWARES	53.514,91
531	1.2.4.01.002	MARCAS E PATENTES	106.366,50
532	1.2.4.02	(-) AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	(35.296,61)
533	1.2.4.02.001	(-) DIREITOS DE USO - SOFTWARES	(35.296,61)
149	2	PASSIVO	8.246.836,63
150	2.1	PASSIVO CIRCULANTE	193.558,42
169	2.1.4	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	12.529,11
170	2.1.4.01	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	12.529,11
173	2.1.4.01.003	ISS A RECOLHER	169,44
178	2.1.4.01.008	IRRF A RECOLHER	1.251,57
180	2.1.4.01.010	COFINS A RECOLHER	770,91
182	2.1.4.01.012	CRF A RECOLHER	3.947,25
540	2.1.4.01.024	IRRF - P. FÍSICA A RECOLHER	6.389,94
185	2.1.5	OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA	181.028,56
186	2.1.5.01	OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	30.749,70
187	2.1.5.01.001	SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR	28.249,70
574	2.1.5.01.007	BOLSA ESTÁGIO A PAGAR	2.500,00
190	2.1.5.02	OBRIGAÇÕES SOCIAIS	15.609,70
191	2.1.5.02.001	INSS A RECOLHER	3.535,21
192	2.1.5.02.002	FGTS A RECOLHER	2.810,60
494	2.1.5.02.003	PIS S/ FOLHA A RECOLHER	351,33
554	2.1.5.02.005	INSS EMPRESA A RECOLHER	8.695,56
555	2.1.5.02.006	INSS SERV. PREST. P. FÍSICA	217,00
193	2.1.5.03	PROVISÕES	134.669,16
194	2.1.5.03.001	PROVISÕES PARA FÉRIAS	75.078,12
195	2.1.5.03.002	PROVISÕES PARA 13º SALÁRIO	23.703,56
196	2.1.5.03.003	INSS SOBRE PROVISÕES PARA FÉRIAS	19.636,72
197	2.1.5.03.004	INSS SOBRE PROVISÕES PARA 13º SALÁRIO	7.412,05
198	2.1.5.03.005	FGTS SOBRE PROVISÕES PARA FÉRIAS	6.266,62
199	2.1.5.03.006	FGTS SOBRE PROVISÕES PARA 13º SALÁRIO	1.922,64
495	2.1.5.03.007	PIS SOBRE PROVISÕES PARA FÉRIAS	442,32
496	2.1.5.03.008	PIS SOBRE PROVISÕES PARA 13º SALÁRIO	207,13
200	2.1.6	OUTRAS OBRIGAÇÕES	0,75
202	2.1.6.02	CONTAS A PAGAR	0,75
552	2.1.6.02.001	EMPRÉSTIMOS DE TERCEIROS	0,75
242	2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.053.278,21

264	2.3.5	RESULTADOS ACUMULADOS	8.052.587,42
265	2.3.5.01	RESULTADOS ACUMULADOS	8.052.587,42
266	2.3.5.01.001	SUPERÁVIT ACUMULADO	6.512.404,70
267	2.3.5.01.002	RESULTADO DE 2019	1.932.881,49
268	2.3.5.01.003	RESULTADO DO 1º TRIM. 2020	62.029,21
594	2.3.5.01.005	DÉFICIT DO PERÍODO	(454.727,98)
544	2.3.6	AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	690,79
545	2.3.6.01	AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	690,79
546	2.3.6.01.001	AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	690,79

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Encerrado em 30/06/2020
(Em R\$)

Descrição	Saldo	Total
ARRECADAÇÕES		
SPELL	3.900,00	
INSCRIÇÕES	50.229,00	
REEMISSÃO DE CERTIFICADOS	245,00	
ANUIDADES INSTITUCIONAIS	225.716,70	
ANUIDADES INDIVIDUAIS	13.140,00	<u>293.230,70</u>
DEDUÇÕES & TRIBUTOS		
(-) VENDAS CANCELADAS E DEVOLUÇÕES	-6.878,00	
(-) ISS	-1.761,39	
(-) COFINS	-2.297,92	<u>-10.937,31</u>
RECEITA LÍQUIDA		<u>282.293,39</u>
SUPERÁTIV BRUTO		<u>282.293,39</u>
DESPESAS OPERACIONAIS		<u>-803.977,47</u>
DESPESAS COM PESSOAL		
SALÁRIOS E ORDENADOS	-109.811,39	
13º SALÁRIO	-20.711,19	
FÉRIAS	-54.368,24	
INSS	-55.361,58	
FGTS	-66.437,32	
INDENIZAÇÕES E AVISO PRÉVIO	-24.914,17	
ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL	-329,70	
AUXÍLIO TRANSPORTE	-1.540,00	
BOLSA ESTÁGIO	-11.525,00	
PLANO DE SAÚDE	-10.685,82	

VALE REFEIÇÃO	-4.421,46	
BOLSA ALIMENTAÇÃO	-770,00	
SERVIÇOS DE AUTONOMOS	-37.685,25	
ANUÊNIO	-1.941,96	
ADICIONAL DE COORDENAÇÃO	-3.437,96	
VALE ALIMENTAÇÃO	-6.436,00	<u>-410.377,04</u>
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
FRETES E CARRETOS	-2.305,47	
ALUGUÉIS DE IMÓVEIS	-7.931,63	
ENERGIA ELÉTRICA	-2.189,20	
TELEFONE	-873,50	
ADMINISTRAÇÃO DE DOCUMENTOS	-2.400,25	
MANUTENÇÃO DE SITES E SISTEMAS	-1.187,44	
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	-655,70	
MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA	-814,07	
ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	-22.115,59	
PORTAL SPELL	-81.894,00	
DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES	-5.922,52	
DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS/SOFTWARE	-192.680,95	
MENSALIDADE DE SISTEMAS	-13.791,54	
GESTÃO DE CONTRATOS - ESTÁGIOS	-515,00	
CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	-1.903,00	
ASSESSORIA JURÍDICA	-4.031,67	
INTERNET	-599,70	
CÓPIAS E IMPRESSÕES	-37,50	
DESPESAS COM GRÁFICAS	-600,00	
AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTO	-9.360,00	
CONDOMÍNIO	-2.384,21	
DESPESAS COM VIAGENS	-13.270,11	
DESPESAS POSTAIS E TELEGRÁFICAS	-336,00	
REVISÕES DE TEXTOS	-3.047,63	
PUBLICAÇÕES	-331,20	
CERTIFICADO DIGITAL	-264,00	
MATERIAL DE USO E CONSUMO	-87,92	<u>-371.529,80</u>
DESPESAS TRIBUTÁRIAS		
PIS S/ FOLHA	-1.841,66	
TAXAS DIVERSAS	-136,84	
IRRF S/ RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	-15.675,20	
IOF	-743,56	<u>-18.397,26</u>
DESPESAS BANCÁRIAS		
DESPESAS BANCÁRIAS	-113,85	
TARIFAS COM COBRANÇAS	-3.559,52	<u>-3.673,37</u>

RECEITAS FINANCEIRAS		
RENDIMENTO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	57.448,32	<u>57.448,32</u>
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		
RESTITUIÇÃO DE TRIBUTOS	507,73	<u>507,73</u>
RESULTADO OPERACIONAL		<u>-463.728,03</u>
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS		
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	9.000,05	<u>9.000,05</u>
DÉFICIT		<u>-454.727,98</u>

Demonstração de Superávit ou Déficit Acumulados 2º Trim. 2020
Encerrado em 30/06/2020
(Em R\$)

(+) Saldo do Início do Período	8.507.315,40 C
(+) Ajustes Credores de Exercícios Anteriores	690,79 C
(+) Correção Monetária do Saldo Inicial	0,00
(+) Reversões de Reservas	
* Reservas de Contingencia	0,00
* Reservas de Lucros a Realizar	0,00
(+) Outros Recursos	0,00
(+/-) Superávit Líquido do Período	0,00 C
(-) Saldo Anterior de Prejuízos Acumulados	0,00
(-) Ajustes Devedores de Exercícios Anteriores	0,00
(+/-) Déficit Líquido do Período	454.727,98 D
(=) TOTAL	8.053.278,21 C

DESTINAÇÕES

(-) Transferência para Reservas	0,00
(-) Dividendos ou Lucros Distribuídos Pagos ou Creditados	0,00
(-) Parcela dos Lucros Acumulados Incorporados ao Capital	0,00
(-) Outras Destinações	0,00
(=) TOTAL	0,00
(=) Superávits ou Déficits Acumulados	8.053.278,21 C

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 2º trimestre 2020
Encerrado em 30/06/2020
Em R\$

Saldo em 31/03/2020	8.507.315,40
Ajustes de exercícios anteriores	690,79
Reversões de reservas	0,00
Déficit do trimestre	454.727,98
Saldo em 30/06/2020	8.053.278,21

Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos 2º trimestre 2020

Origem dos Recursos 30/06/2020

01 - Receita da venda de bens ou a prestação de serviços	238.856,70
02 - Rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa	57.448,32
03 - Ganhos líquidos auferidos no mercado de renda variável	0,00
04 - Doações e subvenções	0,00
05 - SPELL, certificados, Downloads	54.374,00
06 - Restituições de Tributos	507,73
07 - Recuperação de Despesas	9.000,05
08 - TOTAL	360.186,80

Aplicação dos Recursos 30/06/2020

09 - Ordenados, gratificações e outros pagamentos, inclusive encargos sociais	410.377,04
10 - IR retido sobre rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa	15.675,20
11 - IR retido ou pago sobre ganho Liq. Auf. no Mercado de renda fixa	0,00
12 - Impostos, taxas e contribuições	10.454,74
13 - Despesas administrativas gerais	371.529,80
14 - Vendas canceladas e devoluções	6.878,00
15 - TOTAL	814914,78
16 - Superávit/Déficit	(454.727,98)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO

Encerrado em 30/06/2020

(Em R\$)

ATIVIDADES OPERACIONAIS

Valores Recebidos de Clientes	292.674,74
Valores pagos a fornecedores	(338.800,49)
Valores pagos a empregados	(187.567,73)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES	(233.693,48)
Tributos pagos	(119.941,52)
FLUXO DE CAIXA ANTES DE ITENS EXTRAORDINÁRIOS	(353.635,00)
Outros recebimentos(pagamento) líquidos	(37.194,55)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(390.829,55)

ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Compras de imobilizado	(9.263,82)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(9.263,82)
Redução nas Disponibilidades	(400.093,37)
DISPONIBILIDADES - NO INÍCIO DO PERÍODO	8.399.376,11
DISPONIBILIDADES - NO FINAL DO PERÍODO	7.999.282,74

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
ADMINISTRAÇÃO - ANPAD
2º Trimestre 2020**

Preliminar:

Em razão do início do contrato de prestação de serviços da Contabilidade Digital S/S Limitada em 01/04/2020, foram elaboradas as demonstrações financeiras da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ANPAD, do período de 01/04/2020 a 30/06/2020, em conformidade com as exigências do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Paraná, iniciando-se, assim, a partir desta data a responsabilidade técnica da então prestadora de serviços contábeis.

I. Informações Gerais

**A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
ADMINISTRAÇÃO -**

ANPAD, criada em 1976, a partir da iniciativa de programas de pós-graduação, inscrita no CNPJ sob o n.º 42.595.652/0001-66, é uma sociedade civil de direito privado de cunho nacional, sem fins econômicos, de caráter científico, com autonomia financeira. Seu objetivo é promover o ensino, a pesquisa e a produção de conhecimento dentro do campo das ciências administrativas, contábeis e afins no Brasil. Congrega programas de pós-graduação *stricto sensu*, representando os interesses das instituições filiadas junto à opinião pública e atuando como órgão articulador dos interesses dos programas perante a comunidade científica e os órgãos governamentais responsáveis pela gestão da educação e desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil.

A sede da ANPAD está localizada em uma sala alugada na Avenida Pedro Taques 294, sala 1402, Zona Armazém, Maringá, Paraná, conforme Ata 109 registrada no RCPJ de Maringá em 18/10/2019.

É regida por Estatuto registrado no RCPJ sob o n.º 201710191121366, com última alteração em 24/11/2017.

Seus objetivos são, dentre outros:

- 1) Realizar e apoiar a realização de ações visando aumentar o nível de qualidade da pós-graduação e da pesquisa em Administração e áreas afins;
- 2) Promover e realizar encontros, congressos, seminários, simpósios e reuniões de interesse dos membros da ANPAD, bem como encontros temáticos e/ou regionais, visando à difusão e ao aprimoramento do ensino, da pesquisa e da produção de conhecimento em Administração e áreas afins;
- 3) Promover e apoiar a produção científica e tecnológica, relacionada ao ensino e à pesquisa em Administração e áreas afins;
- 4) Elaborar, aplicar e divulgar o exame de proficiência da Associação (Teste ANPAD)

como instrumento auxiliar nos processos de seleção dos cursos de mestrado e de doutorado em Administração e áreas afins nas Instituições de Ensino Superior do País;

5) Estruturar e manter bases de dados de publicação científica de interesse de programas e indivíduos associados, visando à produção, disseminação e reprodução do conhecimento, mediante o acesso à produção mantida nessas bases e localização facilitada de artigos ou tópicos de interesse, por meio do Portal Spell (Scientific Periodicals Electronic Library);

6) Promover a divulgação de eventos, produtos ou serviços de anunciantes, associados ou não à ANPAD, por meio de disponibilização de espaço publicitário nos sites de propriedade da ANPAD ou em material impresso.

As principais fontes de recursos para a manutenção e o desenvolvimento de suas atividades são provenientes de doações, anuidades, encontros, publicações, aplicação e venda de material do Teste ANPAD, bem como rendimentos das aplicações financeiras.

A última eleição de diretoria ocorreu em 30 de setembro de 2017.

II. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições da Resolução nº 1409/12 do Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Associação use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. A estimativa que apresenta um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, está relacionada à vida útil das propriedades para investimento.

III. Políticas contábeis vigentes e novas normas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

1. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação.

2. Caixa e equivalentes de caixa: Contemplam numerário em caixa, saldo em bancos e investimentos de liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado e vencimentos não superior a 90 dias. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a depósitos bancários

remunerados com liquidez imediata e rentabilidade média de 100% do CDI, mantidas junto ao Banco do Brasil S.A.

2º trim. 2020:

Caixa	6,08
Contas Correntes	0,00
Aplicações Financeiras	7.977.353,55
Título de Capitalização	21.700,96
Cartão de Despesas	222,15
Total	7.999.282,74

3. Contas a receber: As contas a receber da Associação correspondem a valores a receber de serviços, adiantamentos salariais e empenhos, no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Não há saldo no período considerado.

4. Imobilizado: Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido da administração. A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil. A Associação não possui controle físico do ativo imobilizado. A contabilidade mantém em pasta de arquivo as notas fiscais de aquisição de bens.

Até 30 de junho de 2020 não foram identificados ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor recuperável.

É incluído no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando este custo lhe proporcionar futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Vida útil estimada:

Máquinas e equipamentos	= 10 anos
Móveis e utensílios	= 10 anos
Computadores e periféricos	= 5 anos

5. Contas a pagar: Encontram-se representadas por obrigações tributárias, trabalhistas, previdenciárias. As contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

6. Provisões: Uma provisão é reconhecida quando: a) a Associação tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; c) se o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de

obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

7. Patrimônio Social: É constituído pela dotação inicial de seus doadores instituidores, e por doações, recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

Na apuração do superávit ou déficit do exercício, as receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os Princípios de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. O patrimônio social é representado pelos superávits e ou diminuídos pelos déficits apurados anualmente, sem correção monetária, conforme legislação em vigor.

8. Recursos ingressos na Associação: Todos os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, estando demonstrado nas suas despesas e investimentos patrimoniais.

9. Apuração do superávit ou déficit: As receitas e as despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. As receitas de serviços são reconhecidas quando efetivamente realizadas, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: a) haja evidência da existência de contrato; b) o serviço tenha sido efetivamente prestado; c) o preço esteja fixado e determinado; e d) o recebimento seja provável. As doações e contribuições são reconhecidas quando há efetivo recebimento dos recursos, em função de sua natureza de imprevisibilidade. A legislação fiscal vigente determina que as entidades sem finalidade de lucros estão impedidas de remunerar seus dirigentes; entretanto, conforme requerido pela ITG 2002, o valor atribuído ao trabalho voluntário realizado pelos Conselhos de Administração e Fiscal e por outros colaboradores deve ser incluído como trabalho voluntário e que os tributos objeto de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Para mensuração desses serviços, poderá ser utilizado o valor justo percebido.

10. Ajustes de Exercícios Anteriores: Em abril de 2020, foi lançado como ajuste de exercícios anteriores o valor total de R\$ 690,79 (seiscentos e noventa reais e setenta e nove centavos), referentes a valores disponíveis da empresa, sendo R\$ 3,17 para a conta Caixa, R\$ 566,43 para a conta Cartão de Despesas e R\$ 121,19 para a conta Pagseguro. Os lançamentos de correções foram efetuados a crédito da conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

11. Instrumentos financeiros: A administração classifica seus ativos financeiros sob a categoria empréstimos e recebíveis no reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

IV- Gestão de risco financeiro

A gestão de risco financeiro é realizada pela Diretoria, segundo políticas aprovadas pela Administração. O valor contábil dos instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo custo amortizado não difere substancialmente dos seus respectivos valores de mercado.

No período de 01 de abril a 30 de junho de 2020, não existiram instrumentos financeiros

na forma de derivativos.

V - Novas normas e interpretações que ainda não estão em vigor

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para exercícios contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Associação. A administração está avaliando as alterações introduzidas e não espera impactos significativo

IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes

Com vigência em 1º de Janeiro de 2018, em substituição às normas atuais IAS 11 – Contratos de Construção e IAS 18 – Receitas, a IFRS 15 estabelece princípios de mensuração, reconhecimento e divulgação das receitas.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Com vigência em 1º de Janeiro de 2018, em substituição à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração, e as versões anteriores da IFRS 9. Esta Instrução estabelece novos requerimentos para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge dos instrumentos financeiros.

O pronunciamento a seguir for emitido pelo IASB e será obrigatório a partir de 1º de janeiro de 2019. A adoção pela Companhia ocorrerá após a emissão de pronunciamento técnico pelo CPC:

IFRS 16 – Leases

Com vigência em 1º de janeiro de 2019, essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) – Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores).

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Associação.

VI – Formalidade da escrituração contábil

A documentação contábil da Associação é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas e extrínsecas essenciais definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A Associação mantém em boa ordem a documentação contábil.

A Associação possui um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processamento eletrônico de dados.

O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

VII - Comentários sobre outros demonstrativos:

A) Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do

Conselho Federal de Contabilidade CFC Nº. 1.296/10, de 17/09/2010, que aprovou a NBC T 3.8 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/2009, que aprovou a NBC T 19.18. O método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Instituição optou foi o DIRETO.

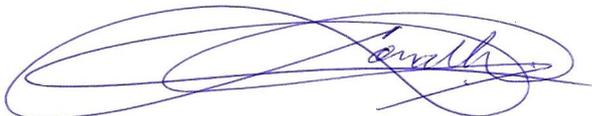
B) Demonstração de Valor Adicionado

A Associação não está obrigada à apresentação da Demonstração do Valor Adicionado de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC Nº. 1.138/08, que aprovou a NBC T 3.7 – Demonstração do Valor Adicionado, e também de acordo com a Resolução 1.152/2009, que aprovou a NBC T 19.18.

Maringá, 30 de junho de 2020.

FABIO VIZEU FERREIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO
CPF: 025.043.847-00

ANTONIO CARLOS GASTAUD MAÇADA
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF: 315.438.710-20



JONATHAS APARECIDO DE OLIVEIRA
CONTADOR
CPF: 023.996.469-16 CRC/PR: 046.145/O-5